

AS IMPLICAÇÕES DO PATRIARCADO NA HISTÓRIA DAS MULHERES: APONTAMENTOS HISTÓRICOS

LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. Tradução Luiza Sellera. São Paulo: Editora Cultrix, 2019.

Cristiane de Paula Ribeiro¹

Onde não existe precedente, não se pode imaginar alternativas às condições existentes. É essa característica da hegemonia masculina que é mais prejudicial às mulheres e lhes garante o status de subordinadas há milênios.

Gerda Lerner, *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*

Apesar de ter sido originalmente publicada em 1986, nos Estados Unidos, foi apenas 33 anos depois, em 2019, que fomos laureados com a tradução brasileira da obra *A criação do patriarcado*. Com um minucioso trabalho historiográfico, sua autora, Gerda Lerner, empenhou um vasto trabalho metodológico por meio dos mais diversos tipos de fontes documentais no decorrer de longos oito anos. O livro traz apontamentos significativos sobre o construto histórico que desencadeou no sistema de opressão do patriarcado, responsável por manter e sustentar a dominação dos homens sobre as mulheres.

Gerda Lerner foi uma figura influente no desenvolvimento da história das mulheres ao longo da década de 1960. Nascida em uma família judia de Viena, chegou aos Estados Unidos em 1938, quando ainda era jovem e já havia passado pela experiência da prisão nazista. Logo que pisou no país, iniciou a militância antifascista, publicando em vários jornais e colaborando em alguns roteiros de filmes ao lado de seu segundo marido, Carl Lerner, diretor de teatro ligado ao círculo de refugiados. Foi só aos 38 anos que ela se matriculou na faculdade. Posteriormente, fez pós-graduação na Universidade Columbia, em Nova Iorque, obtendo o grau de bacharel e PhD em apenas seis anos. Gerda dedicou seus estudos às irmãs sufragistas

¹ Doutoranda em História, Universidade Estadual de Campinas, Brasil. Bolsista pela Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: crisdepaularibeiro@hotmail.com. Orcid: 0000-0002-5177-2807

Grimké na luta por direitos em meados do século XIX e à história afro-americana, temas que a acompanhariam até o fim de seus dias.

Ela também foi a responsável pelo primeiro curso, nos Estados Unidos, de História das Mulheres, ofertado pelo Sarah Lawrence College, dedicando seus dias à docência para demonstrar que as mulheres tinham – e têm – uma história e que, ao perceberem isso, criavam entre si uma consciência coletiva. Além de historiadora, era igualmente uma militante assídua do Partido Comunista norte-americano, o que refletia no ponto fundamental das suas críticas quanto à formação de classes, uma vez que suas produções tinham como questão central a teoria de que o controle dos corpos femininos estava na origem de todas as formas de dominação, uma posição muito mais feminista que marxista, pode-se dizer.

A trajetória da historiadora influenciou toda sua produção acadêmica, que agrega várias produções de impacto ao longo dos anos, sendo uma delas *The creation of feminist consciousness* (1994)² publicada em 1993 como uma continuação das ideias desenvolvidas em *A criação do patriarcado*. Gerda Lerner faleceu em janeiro de 2013, aos 92 anos, deixando um legado sobre a história das mulheres e das relações de gênero. No final da vida, no entanto, encontrava-se decepcionada por rezear que a atenção fosse cada vez menos centrada nas mobilizações coletivas de mulheres devido à viragem para o campo do gênero, o que causa debates fervorosos ainda hoje. Nenhuma de suas produções haviam sido traduzidas até 2019, sendo *A criação do patriarcado* a primeira a chegar aos olhos das brasileiras(os).

O embrião das ideias do livro começou a se desenvolver em meados da década de 1970, quando Lerner publicou um de seus artigos mais conhecidos: *Placing women in history: definitions and challenges* (LERNER, 1975). Na circunstância, a autora apontou a necessidade de um quadro conceitual específico para a análise da experiência histórica das mulheres, apesar do avanço que a história social alcançava naquele momento e da sua utilidade. A sofisticação das análises de pesquisadoras feministas era vista pela autora como fundamental para a emancipação, uma vez que ao terem conhecimento de suas histórias, as mulheres mudavam as suas vidas, sendo este o principal objetivo de *A criação do patriarcado*.

Logo em suas primeiras páginas, a autora dedica um espaço para tratar dos limites metodológicos de sua análise, um cuidado ímpar e necessário para pesquisas que se dedicam a analisar grandes cronologias. No caso

2 *A criação da consciência feminista*, em tradução livre.

em questão, Gerda remonta sociedades antigas, como a da Mesopotâmia e da Suméria, debruçando-se na Antropologia, Arqueologia, Teologia e Mitologia, em um profícuo trabalho interdisciplinar. As complicações são ainda maiores quando pensamos em uma escrita sobre a história das mulheres, pois, segundo Lerner, “como existem bem menos fontes referentes a mulheres do que a homens o problema é ainda maior” (LERNER, 2019, p. 18), deixando explícitas as limitações postas para seus leitores.

A subordinação das mulheres aos homens é mais antiga do que a civilização, aqui entendida a partir do registro histórico, e é isso que Gerda Lerner tenta comprovar em sua obra, organizada em 11 capítulos e um apêndice com definições sobre o uso de conceitos como *opressão*, *subordinação*, *privação*, *feminismo*, *direitos da mulher*, *emancipação*, *paternalismo* e *machismo*, demonstrando, mais uma vez, o minucioso trabalho empreendido. Embora a ideia de “origem” tenha sido o fio condutor da pesquisa, o que constatamos pela leitura do texto é que se trata de uma tentativa de reconstruir o processo histórico que desencadeou a institucionalização do patriarcado nas famílias e nas instituições religiosas e governamentais. Outro aspecto que enriquece muito o livro é a inserção de ilustrações no final, que trazem inúmeras representações antigas de deusas, sacerdotisas, cerimônias, estatuetas, entre outras, e que conferem inteligibilidade ao argumento da autora.

Um ponto substancial em Lerner está relacionado a seu apontamento do controle patriarcal sobre os corpos das mulheres. Ela comprova que, em sociedades antigas, a apropriação da função sexual e reprodutiva das mulheres pelos homens era uma forma de estabelecer relações econômicas, o que antecede a formação da propriedade privada e da sociedade de classes. Ao trazer isso, a autora contesta muitas produções de cunho marxista, que afirmam enfaticamente que foi a transição para o sistema capitalista de produção que intensificou o controle estatal sobre a sexualidade e a reprodução feminina e colocou as mulheres nas funções domésticas e não remuneradas.

Gerda mostra que, desde o Código de Hamurabi, no século XVIII a.C., o corpo das mulheres já aparecia como objeto de controle, reforçando a institucionalização da família patriarcal, que vai se reproduzir também sobre o poder do Estado. Segundo a autora: “o Estado arcaico, desde o princípio, reconheceu sua dependência da família patriarcal e igualou o funcionamento obediente da família à ordem do domínio público” (LERNER, 2019, p. 161). As leis antigas traziam o controle sobre todos os aspectos da vida das mulheres, inclusive sobre sua sexualidade e reprodução; mulheres adúlteras, que

sofressem estupros ou realizassem abortos, a título de exemplo, poderiam ser punidas severamente caso não conseguissem provas cabíveis para serem apresentadas ao Estado, representado pelo poder masculino.

Diferente de Silvia Federici em *Calibã e a bruxa* (FEDERICI, 2017), que concentra grande fôlego de sua análise para encontrar as raízes da opressão das mulheres no contexto da transição para o sistema capitalista de produção, momento em que se intensifica a exploração da mão de obra em uma sociedade de classes, Lerner afirma que “a exploração sexual é a própria marca da exploração de classe” (LERNER, 2019, p. 264), uma vez que as mulheres desde sempre foram exploradas não só como trabalhadoras, mas também como fornecedoras de serviços sexuais e reprodutivos, seja nas sociedades capitalistas ou na antiguidade, com o feudalismo. Além do mais, tendo em vista que a classe, para os homens, é baseada nos meios de produção, a autora salienta que, por sua vez, para as mulheres, ela é mediada de acordo com os laços que uma mulher tem com um homem, sendo este o responsável por lhe propiciar o acesso aos recursos materiais.

Segundo Federici,

[...] na sociedade capitalista, o corpo é para as mulheres o que a fábrica é para os homens trabalhadores assalariados: o principal terreno de sua exploração e resistência, na medida que o corpo feminino foi apropriado pelo Estado e pelos homens, forçado a funcionar como um meio para a reprodução e acumulação do trabalho. (FEDERICI, 2017, p. 34).

Vemos que o argumento da autora se centra no contexto de implementação do sistema capitalista, em que se intensifica o que conhecemos como “caça às bruxas”. Isto não desmerece a produção de Federici, que optou por este contexto para fazer sua análise; todavia, a autora desconsidera que o patriarcado tenha surgido muito antes do capitalismo e que o corpo das mulheres, do mesmo modo, sempre foi terreno de exploração, despontando como o primeiro tipo de propriedade, uma vez que, nas sociedades antigas, os homens estabeleciam transações, trocas comerciais e pagamentos de dívidas por meio dos serviços de suas esposas, filhas e sobrinhas, tanto sexuais quanto domésticos.

Ademais, um outro aspecto importante que a pesquisa de Lerner (2019) traz é relacionado à escravidão, a primeira forma institucionalizada de dominação hierárquica, cujas raízes tendem a ser buscadas em guerras e conquistas masculinas. O que poucos sabem, entretanto, e que Lerner traz evidências históricas sobre, é que a escravidão surgiu a partir da prática de

escravização de mulheres prisioneiras, uma vez que os indícios mostram que, enquanto os homens prisioneiros eram mortos, as mulheres – e também as crianças – eram exploradas como mão de obra e sofriam práticas abomináveis de dominação, sendo uma delas o estupro. Para Lerner, “o costume de estuprar as mulheres de um grupo conquistado permaneceu como prática de guerra do segundo milênio a.C. até o presente” (LERNER, 2019, p. 116), ou seja, trata-se de uma derivação histórica. Muitas mulheres escravizadas foram utilizadas como concubinas, pois assim poderiam ser integradas às famílias de seus captores, garantindo a estes não apenas seus serviços domésticos, mas também os sexuais e reprodutivos com a procriação de filhos(as), preferencialmente homens, caso as esposas não pudessem oferecer essa descendência, o que era previsto nas leis antigas.

Assim, a escravização sexual de mulheres foi um passo fundamental no desenvolvimento e na elaboração das instituições patriarcais. Esse foi o estigma de dominação das mulheres, consideradas como um grupo inferior, que permitiu a transferência da escravização para outros grupos, ou seja, “a subordinação doméstica de mulheres criou o modelo com base no qual a escravidão se desenvolveu como instituição social” (LERNER, 2019, p. 138). A institucionalização da escravidão como sistema de dominação que especifica distinções de classe e raça se baseou, inicialmente, no inextricável sistema de dominação sexual e exploração econômica presente na família patriarcal e no Estado arcaico.

A análise da autora também perpassou o aspecto religioso, buscando, nas simbologias da Bíblia, similaridades com o construto do patriarcado. Segundo a narrativa bíblica, desde a criação de Adão e Eva, o ato de nomear e de controlar sexualmente as mulheres é designado ao homem como expressões da vontade divina. Para Lerner (2019), o monoteísmo foi o responsável por intensificar as relações patriarcais na sociedade, o que pode ser comprovado pelo estudo de fontes históricas tanto do momento de escrita da Bíblia quanto do momento da narrativa, isto é, vários séculos antes.

As mulheres foram negadas aos sistemas de símbolos institucionalizados a partir do monoteísmo. Se antes elas eram tidas como deusas da fertilidade ou deusas mães em seus cultos, com a reestruturação do sistema religioso elas perderam não apenas espaço para o Deus único como também o direito de o cultuar e permaneceram assim por muito tempo. Assim, “a benção dada por Deus à semente do homem que seria plantada no receptáculo passivo do ventre da mulher definiu de forma simbólica as relações de gênero do patriarcado” (LERNER, 2019, p. 247).

Além de todos os pontos apresentados, o livro *A criação do patriarcado* traz ainda uma questão fulcral para os estudos históricos sobre mulheres e gênero, relacionada sobretudo às tensões surgidas com os estudos pós-estruturalistas. Ao fim de seus dias, Gerda demonstrou preocupação com as questões teóricas recém surgidas, uma vez que as discussões não eram mais centradas apenas nas mulheres e em suas mobilizações feministas. No Brasil, Claudia de Lima Souza também fez apontamentos nesse sentido, dizendo que, “não fosse suficiente a mulher ter virado gênero nos anos 80, vejo o gênero virando masculinidade no final dos anos [19]90” (SOUZA, 1998, p. 132), criticando o caráter apolítico de questões feministas nos novos estudos.

As questões teóricas e metodológicas desenvolvidas ao longo das 375 páginas do livro escrito por Gerda Lerner desmistificam muitas das tensões desencadeadas a partir das décadas de 1980 e 1990. Nesse contexto, os estudos questionavam a essencialização da categoria “mulheres” e as análises dualistas daí decorrentes, como homem versus mulher, masculino versus feminino e público versus privado. Uma autora de referência nos estudos de gênero a propor críticas é a americana Joan Scott (1995), que, também em 1986³, publicou um dos seus artigos mais conhecidos, “Gênero: uma categoria de análise histórica”, em que faz uma crítica aos usos meramente descritivos da categoria mulheres pelos estudos feministas e propõe uma interpretação sobre o gênero a partir do seu aspecto relacional e com forte atenção para os sistemas de significação, isto é, as maneiras como as sociedades representam homens e mulheres com o passar dos séculos. Scott foi uma personagem central para nesse campo de estudos ao deflagrar os impasses sobre a categoria mulheres, a mesma que teve Gerda Lerner como uma das precursoras.

No entanto, Lerner (2019) dialoga bastante em seu livro com as discussões de gênero postas, só que de forma desvinculada ao pós-estruturalismo e sempre preocupada com os impactos dessas relações na vida das mulheres ao longo da História. Segundo a autora:

Muitas feministas argumentam que o número limitado de diferenças biológicas comprovadas entre os sexos foi demasiadamente exagerado por interpretações culturais e que o valor dado às diferenças sexuais é, por si só, um produto cultural. Atributos sexuais são fatos biológicos, mas gênero é produto de um processo histórico. O fato de as mulheres terem filhos ocorre em razão do sexo; o fato de as mulheres cuidarem

3 Originalmente publicado em *The American Historical Review*, foi traduzido para o português apenas em 1995. O artigo da historiadora foi publicado no mesmo ano do livro de Gerda Lerner.

dos filhos ocorre em razão do gênero, uma construção social. É o gênero que vem sendo o principal responsável por determinar o lugar das mulheres na sociedade. (LERNER, 2019, p. 48-49).

Mais à frente, ela reforça a importância simbólica do gênero e de todos os seus significados nas sociedades, chamando a atenção para o cuidado metodológico das(os) historiadoras(es) ao tentarem buscar explicações de causa única, caindo, assim, no risco de generalizações. Para ela, nossas hipóteses devem ser desenvolvidas, testadas e comparadas sempre no entrecruzamento de culturas, o que aponta para o fato de que a categoria “mulher” não é homogênea, mas construída historicamente por discursos e práticas diferenciadas que dependem do momento de análise.

Nesse sentido, a tradução do clássico livro de Gerda Lerner aflora como de extrema importância em nosso contexto brasileiro, uma vez que desmistifica o mito de que as tensões epistemológicas tenham se iniciado em meados de 1980 e traz pontos de diálogo fundamentais entre o pós-estruturalismo e a História das Mulheres. Além do mais, a pesquisa historiográfica requer suas próprias especificidades, visto que o trabalho inicial é por meio de fontes históricas e, a partir delas, mesclam-se teorias adequadas, não o contrário. Segundo Souza (1998, p. 134), “o pós-estruturalismo, quando aliado às teorias e práticas políticas feministas, transforma-se em poderoso instrumento não somente para o estudo das maneiras pelas quais sujeitos constroem e subvertem identificações, mas também para orientar-nos”; todavia, o estudo é realizado sempre enquanto feministas e pesquisadoras, propondo, assim, o retorno ao uso da categoria “mulheres”.

A discussão apresentada aponta também o crescimento do campo teórico relacionado aos estudos de gênero na academia, que atualmente conta com diversos debates recentes, como a teoria decolonial do gênero. Todo o movimento intelectual encabeçado pelas feministas latino-americanas, por exemplo, surge para contrapor o uso irrestrito das teorias produzidas no norte global – Europa e Estados Unidos – e sua aplicação em contextos de colonização, uma vez que países com passado colonial carregam suas próprias especificidades e, por isso, não devem servir apenas como lugares de experimentação teórica: devem ser responsáveis por suas próprias teorias. Essa é a principal reivindicação de Maria Lugones (2014).

Cada vez mais novos estudos com análises distintas sobre mulheres e gênero se manifestam na academia. O trabalho realizado por Gerda Lerner (2019) em *A criação do patriarcado* é fruto de longos anos unindo prática

e teoria feminista. Duas abordagens intelectuais marcaram sua carreira: a busca pela apreensão visceral da organização do poder e a ligação entre as diferentes formas de opressão vivenciadas pelas mulheres, a depender de fatores como classe, raça, idade, localidade etc. Apesar de ter sido escrita no contexto da década de 1980, sua obra permanece atual para repensar nossas práticas de pesquisa enquanto feministas compromissadas com a luta contra o patriarcado. Assim como a autora argumenta, como ele teve um início, também pode ter um fim.

Referências

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

LERNER, G. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

LERNER, G. Placing women in history: definitions and challenges. **Feminist Studies**, New York, v. 3, n. 1-2, p. 5-14, 1975.

LERNER, G. **The creation of feminist consciousness**: from the middle ages to eighteen-seventy. New York: Oxford University Press, 1994.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SOUZA, C. L. O tráfico do gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 11, p. 127-140, 1998.

Recebido em 16 de janeiro de 2021.

Aprovado em 11 de julho de 2021.